

CARTA ELEITORAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se, sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades, como força política independente nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso País.

Isso é resultado da acumulação de experiências políticas por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja [Católica]. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1ª Conclat. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob seu controle. Eles estão na raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar, que procura, face às forças populares e democráticas, apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio, remanescentes dos Atos Institucionais, e numa legislação de exceção, que inclui as inelegibilidades e a Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com as marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do RioCentro, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional, atingindo como alvo o principal dirigente e militantes do PT, e pelas ameaças do adiamento do pleito de 1982. Explicam também o *Pacote de Novembro*, com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

DIFERENTES OBJETIVOS E CONFRONTO NO PROCESSO ELEITORAL

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional.

E, embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das cogitações oficiais. A

perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que continuam a ser adotados, transformam as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder sua maioria no Congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e sua base social, as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas, sob o título inadequado de *abertura*. Através dela, o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e a recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 1974 e explodiram em 1978 por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime, trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e de concessões, que inclui eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 1964. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender às pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisões através de um governo dito de união nacional.

Para os trabalhadores, as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de [dúvidas e incertezas], vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque, desta vez, não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo Regime Militar e controlados, ambos, por segmentos das elites dominantes. Desta vez, contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT dá garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

AS ELEIÇÕES E O PODER

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo em nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios do poder (burocracia, Forças Armadas e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas fundamentais, que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de apoio para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

AS ELEIÇÕES E OS OBJETIVOS DE NOSSO PARTIDO

1- Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2- Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;

3- Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4- Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar, durante a campanha, as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir a exigência legal de 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em nove estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar *tribuna de denúncia* e ser caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente no nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da *abertura*, as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem-se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento de sua estrutura orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos, hoje, pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais, que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos estaduais cerceados pelo governo federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

EIXO DA TÁTICA ELEITORAL DO PT

A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correrem em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças, através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final, que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido diante do processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do Partido em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: “O PT lançará, em 1982, candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política.”

Assim, o PT não fará coligação. Não por questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas, rejeitando incorporação ou fusão com qualquer outro partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é *voto útil* aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as idéias gerais do nosso programa político, de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas das consultas a partir dos núcleos e aos movimentos populares e sindicais combativos. Tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto de definições estaduais e aprovada no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as idéias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos estados e municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências, que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e unificação dos recursos.

CONTEÚDO GERAL DA CAMPANHA

Com as eleições deste ano testaremos se nosso Partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer da campanha um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este País. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim para suas pretensões eleitorais. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadorias, negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso Partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos

candidatos devem brotar das lutas populares, com nomes que encarnam as aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós, não haverá candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro no movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças à custa da estrutura, da representatividade e da operatividade política do Partido.

Não haverá candidatos *no* Partido, mas sim candidatos *do* Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais, é preciso partir de algumas orientações concretas.

1. PROCESSO DE ESCOLHA DE CANDIDATOS

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o Partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos distritais, municipais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembléias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos, devem ser encontradas normas para discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao Partido. O PT veio para ser um Partido, não uma mera frente de oposições.

2. CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS

- a) Participação nos movimentos dos trabalhadores, em seus diversos níveis;
- b) Representatividade social: ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas;
- c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

3. EXIGÊNCIAS PARA A COMPOSIÇÃO DA CHAPA

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte, em termos políticos, e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça às decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e partidária e de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite. Para nós, interessa

substancialmente propagandear a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário, conhecido como *distritão*, haverá necessidade de reunir nova convenção, para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje milita no PT ou simpatiza com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

4. CAMPANHA ELEITORAL UNIFICADA

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT, fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feita com base na plataforma e na tática eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral, será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral, serão definidas as linhas de propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os comitês eleitorais unificados, devem se apoiar nas secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O comitê eleitoral unificado, que será constituído em nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

- a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT;
- b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados;
- c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou cartórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unificado dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolverão a campanha.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro comum para o

PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindicatos não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse Fundo com base nas Secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc. A administração desse Fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores, e não abandonar o trabalho político ou sindical de base.

5. A DEFINIÇÃO PRÉVIA DE ALGUMAS NORMAS DE RELACIONAMENTO ENTRE OS ELEITOS E O PARTIDO TEM COMO OBJETIVO ASSEGURAR UM DESEMPENHO DE MANDATO QUE ESTEJA DE ACORDO COM A PLATAFORMA, A TÁTICA E OS PRINCÍPIOS DO PT.

Tal definição deve incluir:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes;

b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares, submetidos sempre a ampla discussão das bases;

c) a contratação de assessores se fará ouvindo-se as direções partidárias executivas;

d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os diretórios das respectivas instâncias partidárias;

e) em nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido com pelo menos 40% de seus proventos. Em nível municipal, a fixação de porcentagem estará a cargo do Diretório Municipal, ficando reservada à Direção Nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, está recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de recandidatarem-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Estas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar, entre nós, o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de, efetivamente, conduzir a uma sociedade socialista, na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.